



DISPENSA ELETRÔNICA

Aviso de **DISPENSA ELETRÔNICA 07/2026**

CONTRATANTE – JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

OBJETO

Aquisição de material de expediente, para atender a demanda da Jucepar.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.374,87 (três mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De **28/04/2026** às **15:00h**

Até **04/05/2026** às **08:59h**

PERÍODO DE LANCES

De **04/05/2026** às **09:00h**

Até **04/05/2026** às **15:00h**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 2 de 39)

Sumário

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2.PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	3
3.INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	4
4.FASE DE LANCES.....	6
5.JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	7
6.HABILITAÇÃO.....	8
7.CONTRATAÇÃO	9
8.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	10
9.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 3 de 39)

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026
(Protocolo n.º 25.545.419-6)**

Torna-se público que a Junta Comercial do Paraná, por meio do Departamento De Administração e Finanças, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e na Resolução SEAP n.º 603, de 3 de março de 2023 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **04/05/2026**

Link de acesso: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da fase de lances: de **09:00h** até às **15:00h**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação para aquisição de itens de material de expediente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá em lotes, conforme tabela constante abaixo:

LOTE 1

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
7502.807	Bloco para recado, TIPO: Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Amarelo, DIMENSÃO: 38mm x 50mm (Tolerância: 5%), EMBALAGEM: Pacote com 4 blocos de 100 folhas cada.	26	Unitário	R\$12,65	R\$328,90

LOTE 2

7502.46786	Bloco de recado, Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Colorida, DIMENSÃO: 76x102mm, EMBALAGEM: Bloco de 100 folhas.	40	Unitário	R\$10,50	R\$420,00
------------	---	----	----------	----------	-----------

LOTE 3

75025.5501	Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 2m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m², COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no	8	Unitário	R\$9,09	R\$72,72
------------	---	---	----------	---------	----------



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 4 de 39)

	verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.				
--	---	--	--	--	--

LOTE 4

7502.94400	Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 10m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m ² , COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.	2		R\$38,98	R\$77,96
------------	---	---	--	----------	----------

LOTE 5

7504.869	Pasta, TIPO: Com aba, elástico e ilhós de metal, MATERIAL: Papel cartão plastificado, DIMENSÃO: 240mm x 353mm (variação de +/- 5%), GRAMATURA MÍNIMA: 250g/m ² , COR: Diversas.	90	Unitário	R\$3,01	R\$270,90
----------	---	----	----------	---------	-----------

LOTE 6

7504.2525	Tesoura, TIPO: Forma anatômica, com ponta, USO: Geral, MATERIAL: Cabo: Polipropileno preto, Lâmina: Aço inoxidável, COMPRIMENTO: 21cm (variação de +/- 10%).	5	Unitário	R\$24,49	R\$122,45
-----------	--	---	----------	----------	-----------

LOTE 7

7504.4427	Fita adesiva, TIPO: Celofane, monoface, MATERIAL: Filme de celofane, adesivo a base de resina e borracha, ASPECTO: Transparente, LARGURA: 45 a 50mm, EMBALAGEM: Rolo com 45 a 50m.	25	Unitário	R\$5,66	R\$141,50
-----------	---	----	----------	---------	-----------



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 5 de 39)

LOTE 8

7504.1036	Grampeador, TIPO: De mesa, médio, MATERIAL: Corpo em aço, base em borracha ou plástico, DIMENSÃO: 130mm x 40mm x 60mm (variação de +/- 10%), CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: entre 20 a 26 folhas de papel 75g/m ² , TIPO DE GRAMPO: 26/6.	5	Unitário	R\$26,45	R\$132,25
-----------	---	---	----------	----------	-----------

LOTE 9

7502.85544	Display de parede/ Suporte para Avisos, USO: Para folha tamanho A4 - MATERIAL: Acrílico, PVC ou Acetato, ASPECTO: Transparente, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo.	10	Unitário	R\$32,16	R\$321,60
------------	---	----	----------	----------	-----------

LOTE 10

7502.2703	Envelope, TIPO: Saco, COR: Branco, MATERIAL: Papel offset, GRAMATURA: 90g/m ² , MEDIDAS: Largura: 229mm a 240 mm, Comprimento: 324mm a 340 mm.	72	Unitário	R\$0,68	R\$48,96
-----------	---	----	----------	---------	----------

LOTE 11

7504.2659	Saco plástico, USO: Proteção de documentos, ASPECTO: Transparente, MATÉRIA-PRIMA: Plástico polietileno, com soldas laterais de união entre dois filmes, MEDIDAS: Largura: 240mm, Comprimento: 325mm (variação de +/- 5%), Espessura mínima: 0,12 micras, EMBALAGEM: Pacote com 100 unidades, CARACTERÍSTICAS	12	Unitário	R\$27,84	R\$334,08
-----------	--	----	----------	----------	-----------



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 6 de 39)

LOTE 12

7502.14420	Papel, Vergê, FORMATO: A4, MEDIDA: 210X297mm, COR: Branca, Celulose vegetal, GRAMATURA: 180g/m ² , EMBALAGEM: Pacote com 50 folhas.	5	Unitário	R\$18,38	R\$91,90
------------	--	---	----------	----------	----------

LOTE 13

7504.1065	Capa para encadernação, COR: Preta, FORMATO: A4, DIMENSÃO: 210mm x 297mm, MATERIAL: PVC.	1000	Unitário	R\$0,79	R\$790,00
-----------	--	------	----------	---------	-----------

LOTE 14

7504.77845	Carimbo datador, autoentintado, 4 cm, quatro dígitos, padrão dd/mmm/aaaa (ex: 05/mar/2026), com anos a partir de 2026 (exemplo: Trodat printy-dater 4810).	5	Unitário	R\$44,33	R\$221,65
------------	--	---	----------	----------	-----------

1.2.1 Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante *Sistema de Dispensa Eletrônica integrante* do Sistema de Compras do Governo Federal – Sistema Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;



2.2.3.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1. aplica-se o disposto 2.2.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou no fornecimento dos bens.

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 - CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 8 de 39)

licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.6.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.10 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.11. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

3.12. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Aviso de Dispensa Eletrônica por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do procedimento de dispensa, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da dispensa eletrônica.



4. FASE DE LANCES

4.1 A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua



apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.5.1.** conter vícios insanáveis;
- 5.5.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.6.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 5.6.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 5.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciar-se-á fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

- 6.1.1.** A verificação dos documentos de habilitação que constam no ANEXO II poderá ser realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Sistema de Compras do Governo Federal e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR)



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 11 de 39)

gerenciado pelo Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS/SEAP, conforme prevê o §1º do art. 20 da Resolução SEAP 3.468/2023;

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

6.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2, 6.2.3, e 6.2.4, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, nos documentos por ele abrangidos.

6.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.14. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota de Empenho ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.4.1. O prazo de vigência e sua eventual possibilidade de contratação estão previstas nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o



Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, bem como da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

8.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade - PAAR.

8.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.7. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 10.086, de 2022, e subsidiariamente na Lei nº 20.656, de 2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem 9.2.2, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 14 de 39)

- 9.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;**
 - ANEXO II - Documentação exigida para Habilitação;**
 - ANEXO III - Modelo de proposta;**
 - ANEXO IV - Minuta Nota de Empenho;**
 - ANEXO V - Modelo de declaração;**
 - ANEXO VI - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;**
 - ANEXO VII - Declaração LGPD.**

Assinado e datado eletronicamente.

André Luiz de Paula
Agente de Contratação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Aquisição de material de expediente, para atender a demanda da Junta Comercial do Paraná, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE 1

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
7502.807	Bloco para recado, TIPO: Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Amarelo, DIMENSÃO: 38mm x 50mm (TOLERÂNCIA: 5%), EMBALAGEM: Pacote com 4 blocos de 100 folhas cada.	26	Unitário	R\$12,65	R\$328,90

LOTE 2

7502.46786	Bloco de recado, Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Colorida, DIMENSÃO: 76x102mm, EMBALAGEM: Bloco de 100 folhas.	40	Unitário	R\$10,50	R\$420,00
------------	---	----	----------	----------	-----------

LOTE 3

75025.5501	Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 2m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m ² , COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.	8	Unitário	R\$9,09	R\$72,72
------------	---	---	----------	---------	----------

LOTE 4

7502.94400	Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 10m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m ² , COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado,	2		R\$38,98	R\$77,96
------------	---	---	--	----------	----------



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 16 de 39)

	EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.				
--	--	--	--	--	--

LOTE 5

7504.869	Pasta, TIPO: Com aba, elástico e ilhós de metal, MATERIAL: Papel cartão plastificado, DIMENSÃO: 240mm x 353mm (variação de +/- 5%), GRAMATURA MÍNIMA: 250g/m², COR: Diversas.	90	Unitário	R\$3,01	R\$270,90
----------	--	----	----------	---------	-----------

LOTE 6

7504.2525	Tesoura, TIPO: Forma anatômica, com ponta, USO: Geral, MATERIAL: Cabo: Polipropileno preto, Lâmina: Aço inoxidável, COMPRIMENTO: 21cm (variação de +/- 10%).	5	Unitário	R\$24,49	R\$122,45
-----------	--	---	----------	----------	-----------

LOTE 7

7504.4427	Fita adesiva, TIPO: Celofane, monoface, MATERIAL: Filme de celofane, adesivo a base de resina e borracha, ASPECTO: Transparente, LARGURA: 45 a 50mm, EMBALAGEM: Rolo com 45 a 50m.	25	Unitário	R\$5,66	R\$141,50
-----------	---	----	----------	---------	-----------

LOTE 8

7504.1036	Grampeador, TIPO: De mesa, médio, MATERIAL: Corpo em aço, base em borracha ou plástico, DIMENSÃO: 130mm x 40mm x 60mm (variação de +/- 10%), CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: entre 20 a 26 folhas de papel 75g/m², TIPO DE GRAMPO: 26/6.	5	Unitário	R\$26,45	R\$132,25
-----------	--	---	----------	----------	-----------



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 17 de 39)

LOTE 9

7502.85544	Display de parede/ Suporte para Avisos, USO: Para folha tamanho A4 - MATERIAL: Acrílico, PVC ou Acetato, ASPECTO: Transparente, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo.	10	Unitário	R\$32,16	R\$321,60
------------	---	----	----------	----------	-----------

LOTE 10

7502.2703	Envelope, TIPO: Saco, COR: Branco, MATERIAL: Papel offset, GRAMATURA: 90g/m², MEDIDAS: Largura: 229mm a 240 mm, Comprimento: 324mm a 340 mm.	72	Unitário	R\$0,68	R\$48,96
-----------	--	----	----------	---------	----------

LOTE 11

7504.2659	Saco plástico, USO: Proteção de documentos, ASPECTO: Transparente, MATÉRIA-PRIMA: Plástico polietileno, com soldas laterais de união entre dois filmes, MEDIDAS: Largura: 240mm, Comprimento: 325mm (variação de +/- 5%), Espessura mínima: 0,12 micra, EMBALAGEM: Pacote com 100 unidades, CARACTERÍSTICAS	12	Unitário	R\$27,84	R\$334,08
-----------	---	----	----------	----------	-----------

LOTE 12

7502.14420	Papel Vergê, FORMATO: A4, MEDIDA: 210X297mm, COR: Branca, Celulose vegetal, GRAMATURA: 180g/m², EMBALAGEM: Pacote com 50 folhas.	5	Unitário	R\$18,38	R\$91,90
------------	--	---	----------	----------	----------



LOTE 13

7504.1065	Capa para encadernação, COR: Preta, FORMATO: A4, DIMENSÃO: 210mm x 297mm, MATERIAL: PVC.	1000	Unitário	R\$0,79	R\$790,00
-----------	--	------	----------	---------	-----------

LOTE 14

7504.77845	Carimbo datador, autoentintado, 4 cm, quatro dígitos, padrão dd/mmm/aaaa (ex: 05/mar/2026), com anos a partir de 2026 (exemplo: Trodat printy-dater 4810).	5	Unitário	R\$44,33	R\$221,65
------------	--	---	----------	----------	-----------

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Requisitos do item

1.2.1.1 Bloco para recado, TIPO: Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Amarelo, DIMENSÃO: 38mm x 50mm (TOLERÂNCIA: 5%), EMBALAGEM: Pacote com 4 blocos de 100 folhas cada.

1.2.1.2 Bloco de recado, Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Colorida, DIMENSÃO: 76x102mm, EMBALAGEM: Bloco de 100 folhas. UNID. DE MEDIDA: Unitário.

1.2.1.3 Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 2m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m², COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.

1.2.1.4 Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 10m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m², COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.

1.2.1.5 Pasta, TIPO: Com aba, elástico e ilhós de metal, MATERIAL: Papel cartão plastificado, DIMENSÃO: 240mm x 353mm (variação de +/- 5%), GRAMATURA MÍNIMA: 250g/m², COR: Diversas.

1.2.1.6 Tesoura, TIPO: Forma anatômica, com ponta, USO: Geral, MATERIAL: Cabo: Polipropileno preto, Lâmina: Aço inoxidável, COMPRIMENTO: 21cm (variação de +/- 10%)

1.2.1.7 Fita adesiva, TIPO: monoface, MATERIAL: Filme de Celofane, polipropileno ou PVC, adesivo a base de resina e borracha, ASPECTO: Transparente, LARGURA: 45 a 50mm, EMBALAGEM: Rolo com 45 a 50m.

1.2.1.8 Grampeador, TIPO: De mesa, médio, MATERIAL: Corpo em aço, base em borracha ou plástico, DIMENSÃO: 130mm x 40mm x 60mm (variação de +/- 10%), CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: entre 20 a 26 folhas de papel 75g/m², TIPO DE GRAMPO: 26/6.



1.2.1.9 Display de parede/ Suporte para Avisos, USO: Para folha tamanho A4 - MATERIAL: Acrílico, PVC ou Acetato, ASPECTO: Transparente, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo.

1.2.1.10 Envelope, TIPO: Saco, COR: Branco, MATERIAL: Papel offset, GRAMATURA: 90g/m², MEDIDAS: Largura: 229mm a 240 mm, Comprimento: 324mm a 340 mm.

1.2.1.11 Saco plástico, USO: Proteção de documentos, ASPECTO: Transparente, MATÉRIA-PRIMA: Plástico polietileno, com soldas laterais de união entre dois filmes, MEDIDAS: Largura: 240mm, Comprimento: 325mm (variação de +/- 5%), Espessura mínima: 0,12 micras, EMBALAGEM: Pacote com 100 unidades, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com 4 furos na parte lateral esquerda (considerando a abertura do saco para cima).

1.2.1.12 Papel Vergê, FORMATO: A4, MEDIDA: 210X297mm, COR: Branca, Celulose vegetal, GRAMATURA: 180g/m², EMBALAGEM: Pacote com 50 folhas.

1.2.1.13 Capa para encadernação, COR: Preta, FORMATO: A4, DIMENSÃO: 210mm x 297mm, MATERIAL: PVC. 3.1.14 Carimbo datador, autoentintado, 4 cm, quatro dígitos, padrão dd/mmm/aaaa (ex: 05/mar/2026), com anos a partir de 2026 (exemplo: Trodat printy-dater 4810)

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Os itens não constam em catálogo de padronização do Governo Federal do Brasil.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 A contratação deve garantir que o fornecedor entregue as quantidades conforme demanda da contratante com prazo de entrega de até 10 (dez) dias do envio da ordem de fornecimento;

1.4.2 O produto deverá ser entregue na sede da Jucepar, no endereço: Rua Ébano Pereira, nº 309 - Centro, Curitiba - PR, CEP: 80.410-240, e os custos com taxas de entrega deverá ser por conta da contratada, não havendo possibilidade de custos pela contratante;

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

A Junta Comercial do Paraná - Jucepar é a autarquia responsável pelo registro e cadastramento de empresas no Estado. Atua analisando processos de abertura, alteração e baixa de empresas e assegurando a integração entre sistemas de todas as instituições de registro (Receita Federal, Receita Estadual, Prefeituras) e licenciamento (Corpo de Bombeiros, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Saúde e outros) das quais o empresário precisa para desempenhar suas atividades. Desta forma, compreende-se que as tarefas desempenhadas pelos servidores da Jucepar são típicas de escritório, ou seja, são atividades que demandam materiais de expediente comuns como: papéis, blocos de anotação tesouras, grampeadores envelopes e outros itens similares. Esses itens são demandados de modo frequente exigindo a necessidade de formação de estoques para atender prontamente as necessidades sem prejuízo à eficiência das atividades. Conforme relatórios do almoxarifado, há necessidade de adquirir os seguintes materiais de expediente nos próximos 12 meses: bloco autoadesivo, adesivo transparente, pasta aba com elástico, tesoura, fita adesiva, grampeador e sacos plásticos para documentos. Além desses itens, verifica-se a necessidade de adquirir itens que não foram adquiridos nos últimos anos, mas, que possuem utilidade para a Jucepar como: quadro (display) para colocar avisos em tamanho A4, papel vergê para emissão de certificados, capas de encadernação e carimbo datador.



3.1 QUANTITATIVO:

De modo geral, as quantidades foram estimadas conforme relatório do consumo médio gerado pelo sistema GMS-Almoxarifado para o consumo durante 1 ano independente do saldo atual em estoque, considerando que os itens são de baixo volume e com prazos de validade longos, alguns itens foram estimados em quantidade um pouco maior que a quantidade indicada no relatório, até mesmo para ser atrativo para os fornecedores. A seguir, apresenta-se as quantidades e as justificativas para cada item:

- 3.1 Bloco autoadesivo 38mm x 50 mm
 - 3.1.1 Quantidade: 26 unidades
 - 3.1.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 2,17 unidades por mês, ou seja, 26 unidades por ano.

- 3.2 Bloco autoadesivo 76mm x 102 mm
 - 3.2.1 Quantidade: 40 unidades
 - 3.2.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 3,33 unidades por mês, ou seja, 40 unidades por ano.

- 3.3 Papel autoadesivo, contact, transparente, 45cm x 2m.
 - 3.3.1 Quantidade: 8 unidades
 - 3.3.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 0,67 unidade por mês, ou seja, 8 unidades por ano.

- 3.4 Papel autoadesivo, contact, transparente, 45cm x 10m.
 - 3.4.1 Quantidade: 2 unidades
 - 3.4.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 0,08 unidade por mês, ou seja, 1 unidade por ano. Porém, considerando que pode haver a necessidade de entregar para mais de um setor ou a demanda por adesivar superfícies e objetos maiores, recomenda-se a compra de uma unidade adicional.

- 3.5 Pasta, TIPO: Com aba, elástico e ilhós de metal
 - 3.5.1 Quantidade: 90 unidades
 - 3.5.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 7,5 unidades por mês, ou seja, 90 unidades por ano.

- 3.6 Tesoura, 21 cm, formato anatômico
 - 3.6.1 Quantidade: 5 unidades
 - 3.6.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 1 unidade a cada três meses, o que sugere o consumo de 3 unidades por ano. Contudo, diante do risco de oscilação de consumo, pretende-se adquirir 2 unidades a mais considerando que o item é de baixo custo, pequeno volume e de longa durabilidade.

- 3.7 Fita adesiva transparente, 45 a 50mm x 45 a 50m.
 - 3.7.1 Quantidade: 25 unidades
 - 3.7.2 Razão do quantitativo: As últimas tentativas de aquisição de fita transparente fracassaram, por essa razão não há movimentação de saída do item no Almoxarifado nos últimos 12 meses, no entanto, o item foi solicitado diversas vezes durante o período e foram utilizadas outras soluções menos eficazes como fitas menos largas, contacts, fitas tipo crepe ou de kraft. Desta forma, a quantidade a ser adquirida será a mesma da última tentativa de aquisição. Para garantir que a compra será realizada o item foi descrito com maior variação de medidas e composição similares (PVC e polipropileno).

- 3.8 Grampeador de mesa, para 20 a 26 folhas de papel 75g/m², TIPO DE GRAMPO: 26/6.
 - 3.8.1 Quantidade: 5 unidades



- 3.8.2 Razão do quantitativo: Desde os últimos 12 meses, a Jucepar não possui grampeador com formato para mesa. No estoque da Jucepar há apenas grampeadores do tipo alicate, os quais não funcionam bem. Com base no relatório de consumo deste item é necessário a aquisição de 5 grampeadores.
- 3.9 Display de parede/Quadro de avisos
- 3.9.1 Quantidade: 10 unidades
- 3.9.2 Razão do quantitativo: Esse item nunca foi adquirido pela Jucepar por essa razão não tem histórico de consumo, mas, é uma ótima solução para colocar avisos temporários. A quantidade foi estimada com base em locais onde são colocados avisos, como: recepção, elevador, entradas de elevador (uma em cada andar) e refeitório.
- 3.10 Envelope branco
- 3.10.1 Quantidade: 72 unidades
- 3.10.2 Razão do quantitativo: Desde os últimos 12 meses, a Jucepar não possui envelope branco para papéis no formato A4. Nesse período foram utilizados outros tipos de envelopes como de tamanhos diferentes, com timbres, que são menos adequados para o papel ou para a finalidade do envio. Outro aspecto é que em 2027, há risco de alterações no logo do governo do Paraná e da Jucepar, nesse período é mais adequado utilizar envelopes sem logo em detrimento de logos desatualizadas. Assim de modo geral, estima-se a necessidade de aquisição de 72 unidades.
- 3.11 Saco plástico transparente para proteção de documentos
- 3.11.1 Quantidade: 12 pacotes.
- 3.11.2 Razão do quantitativo: Conforme relatório, o consumo médio é de 7,5 unidades por mês, ou seja, 90 unidades por ano.
- 3.12 Papel Vergê
- 3.12.1 Quantidade: 5 pacotes.
- 3.12.2 Razão do quantitativo: Atualmente não há estoque desse tipo de papel, mas, eventualmente são emitidos certificados e para essa finalidade o papel vergê é o mais adequado, estima-se a impressão de até 250 certificados, desta forma, determina a aquisição de 5 pacotes com 50 folhas.
- 3.13 Capa de encadernação preta
- 3.13.1 Quantidade: 1000 unidades.
- 3.13.2 Razão do quantitativo: Para atendimento do departamento de registro de comércio, que realiza encadernação de documentos. Por ser item utilizado somente por este departamento, o mesmo não é armazenado no almoxarifado.
- 3.14 Carimbo datador
- 3.14.1 Quantidade: 5 unidades.
- 3.14.2 Razão do quantitativo: Os carimbos datadores em uso na Jucepar possuem o campo ano limitado até 2025 e 2026 e precisam ser substituídos. Não há estoques em almoxarifado desse item. Por essa razão estima-se a necessidade de aquisição de 5 unidades.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: As especificações técnicas da presente dispensa de licitação foram baseadas nas características usuais do mercado para o atendimento da demanda.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

5.1 As ordens de fornecimento decorrentes do contrato a ser firmado serão emitidas conforme a demanda da Jucepar. O fornecedor deverá realizar a entrega no prazo de 10 (dez) dias, no endereço da sede da Jucepar, situada à Rua Ébano Pereira, nº 309, Centro, Curitiba – PR, CEP: 80.410-240.



5.2 Após a entrega, os itens serão devidamente armazenados no almoxarifado da Jucepar para posterior entrega progressiva dos itens à copa.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 A Junta Comercial do Paraná efetuou ampla pesquisa de preços por meio do sistema Menor Preço Paraná, Painel de Preços, Compras.gov e Portal Nacional de Contratações Públicas, atendendo ao disposto no art. 296 do Decreto Estadual 10.086/2022.

4.2 Considerando que o coeficiente de variação é inferior à 25%, recomenda-se utilizar o valor da média como valor máximo da contratação. Isto posto, o valor estimado total para a contratação é de R\$ 3.374,87 (três mil trezentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

Não há necessidade de parcelamento, visto que se trata de item único.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.2 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.3 adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.3.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.3.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.3.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.3.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Será dado o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, IV da Lei Complementar n. 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto dessa dispensa de licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos produtos é de 10 (dez) dias, contados do envio da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, conforme demanda, no endereço da sede da Jucepar na Rua Ébano Pereira, 309, Centro, CEP 80410-240, Curitiba/PR.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no item 9.1 do Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo IV (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Aviso de Dispensa Eletrônica;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa de licitação, exceto quando houver:



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo n° 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica n° 07/2026

(página 24 de 39)

- 10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 10.1.10.** Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:
- 10.1.10.1** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- 10.1.10.2** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 10.1.10.3** Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 10.1.10.4** Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 10.2** São obrigações do Contratante:
- 10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- 10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Aviso de Dispensa Eletrônica e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- 10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.



11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 do Aviso de Dispensa Eletrônica.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Junta Comercial do Paraná, CNPJ 77.968.170/0001-99, Rua Ébano Pereira, nº 309, Centro, Curitiba/PR, constando número da dispensa de licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Dispensa Eletrônica.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Dispensa Eletrônica.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste Aviso de Dispensa Eletrônica:

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: R\$ 1.033,48 (um mil, trinta e três reais e quarenta e oito centavos).

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Aviso de Dispensa Eletrônica.



12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 do Aviso de Dispensa Eletrônica.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Aviso de Dispensa Eletrônica.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na dispensa de licitação;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual considerando que o valor da contratação é baixo.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

Não será exigida garantia contratual adicional aos direitos previstos pela garantia legal, uma vez que tal prática não é comum no mercado para o produto objeto desta contratação.

17 VIGÊNCIA:

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 3331 – JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ.

Fonte de Recursos: 1.501.000.250 – Recursos Próprios – Diretamente Arrecadados.

Programa de Trabalho: F3331.23.125.20.8047 – Gestão do Registro Público de Empresas do Estado do Paraná.

Elemento de Despesa: 3390.30.16 – Material de Expediente



20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Datado e assinado eletronicamente

Marinilda A Santos
Agente Profissional
Responsável pela elaboração do Termo de Referência



ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O fornecedor convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Aviso de Dispensa Eletrônica:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, pelo Certificado de Registro Cadastral do Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF do portal <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, ou pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Paraná - CAUFPR, no portal <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>, e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante na dispensa de licitação, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DECLARAÇÃO DE LGPD- LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, PREVISTA NA LEI Nº 13.709/2018 (Anexo VII).

1.5 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do fornecedor ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VI**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.5.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 29 de 39)

(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.5.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo fornecedor, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.6 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo de dispensa eletrônica convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

1.7 Na hipótese do item 1.6.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.8 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.9 Todos os documentos apresentados deverão identificar o fornecedor, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o fornecedor for a matriz, ou da filial, quando o fornecedor for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 30 de 39)

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07 Ano: 2026

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

1. Constitui objeto desta dispensa eletrônica: aquisição de material de expediente, para atender a demanda da Junta Comercial do Paraná, conforme especificações abaixo:

LOTE 1

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
7502.807	Bloco para recado, TIPO: Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Amarelo, DIMENSÃO: 38mm x 50mm (TOLERÂNCIA: 5%), EMBALAGEM: Pacote com 4 blocos de 100 folhas cada.	26	Unitário	R\$	R\$

LOTE 2

7502.46786	Bloco de recado, Autoadesivo, MATERIAL: Papel removível, COR: Colorida, DIMENSÃO: 76x102mm, EMBALAGEM: Bloco de 100 folhas.	40	Unitário	R\$	R\$
------------	---	----	----------	-----	-----

LOTE 3

75025.5501	Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 2m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m², COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.	8	Unitário	R\$	R\$
------------	--	---	----------	-----	-----



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 31 de 39)

LOTE 4

7502.94400	Papel autoadesivo, TIPO: Contact, ASPECTO: Transparente, MEDIDA: DIMENSÃO: 45cm x 10m, GRAMATURA MÍNIMA: 60g/m ² , COMPOSIÇÃO: Laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, EMBALAGEM: Rolo, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com escala.	2		R\$	R\$
------------	--	---	--	-----	-----

LOTE 5

7504.869	Pasta, TIPO: Com aba, elástico e ilhós de metal, MATERIAL: Papel cartão plastificado, DIMENSÃO: 240mm x 353mm (variação de +/- 5%), GRAMATURA MÍNIMA: 250g/m ² , COR: Diversas.	90	Unitário	R\$	R\$
----------	--	----	----------	-----	-----

LOTE 6

7504.2525	Tesoura, TIPO: Forma anatômica, com ponta, USO: Geral, MATERIAL: Cabo: Polipropileno preto, Lâmina: Aço inoxidável, COMPRIMENTO: 21cm (variação de +/- 10%).	5	Unitário	R\$	R\$
-----------	--	---	----------	-----	-----

LOTE 7

7504.4427	Fita adesiva, TIPO: Celofane, monoface, MATERIAL: Filme de celofane, adesivo a base de resina e borracha, ASPECTO: Transparente, LARGURA: 45 a 50mm, EMBALAGEM: Rolo com 45 a 50m.	25	Unitário	R\$	R\$
-----------	--	----	----------	-----	-----

LOTE 8

504.1036	Grampeador, TIPO: De mesa, médio, MATERIAL: Corpo em aço, base em borracha ou plástico, DIMENSÃO: 130mm x 40mm x 60mm (variação de +/- 10%), CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: entre 20 a 26 folhas de papel 75g/m ² , TIPO DE GRAMPO: 26/6.	5	Unitário	R\$	R\$
----------	---	---	----------	-----	-----



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 32 de 39)

LOTE 9

7502.85544	Display de parede/ Suporte para Avisos, USO: Para folha tamanho A4 - MATERIAL: Acrílico, PVC ou Acetato, ASPECTO: Transparente, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo.	10	Unitário	R\$	R\$
------------	---	----	----------	-----	-----

LOTE 10

7502.2703	Envelope, TIPO: Saco, COR: Branco, MATERIAL: Papel offset, GRAMATURA: 90g/m ² , MEDIDAS: Largura: 229mm a 240 mm, Comprimento: 324mm a 340 mm.	72	Unitário	R\$	R\$
-----------	---	----	----------	-----	-----

LOTE 11

7504.2659	Saco plástico, USO: Proteção de documentos, ASPECTO: Transparente, MATÉRIA-PRIMA: Plástico polietileno, com soldas laterais de união entre dois filmes, MEDIDAS: Largura: 240mm, Comprimento: 325mm (variação de +/- 5%), Espessura mínima: 0,12 micras, EMBALAGEM: Pacote com 100 unidades, CARACTERÍSTICAS	12	Unitário	R\$	R\$
-----------	--	----	----------	-----	-----

LOTE 12

7502.14420	Papel, Vergê, FORMATO: A4, MEDIDA: 210X297mm, COR: Branca, Celulose vegetal, GRAMATURA: 180g/m ² , EMBALAGEM: Pacote com 50 folhas.	5	Unitário	R\$	R\$
------------	--	---	----------	-----	-----

LOTE 13

7504.1065	Capa para encadernação, COR: Preta, FORMATO: A4, DIMENSÃO: 210mm x 297mm, MATERIAL: PVC.	1000	Unitário	R\$	R\$
-----------	--	------	----------	-----	-----



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 33 de 39)

LOTE 14

7504.77845	Carimbo datador, autoentintado, 4 cm, quatro dígitos, padrão dd/mmm/aaaa (ex: 05/mar/2026), com anos a partir de 2026 (exemplo: Trodat printy-dater 4810).	5	Unitário	R\$	R\$
------------	--	---	----------	-----	-----

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



**ANEXO IV
NOTA DE EMPENHO**

NOTA DE EMPENHO N° XXXXXXXX

VALOR XXXXXXXX

1 DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA:

1.1 Integra este instrumento o Aviso de Dispensa de Licitação n.º 07/2026, bem como o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º 25.545.419-6, independentemente de transcrição.

1.2 No caso de contradição entre disposições constantes nos documentos mencionados, prevalece a disciplina inserta no Termo de Referência.

2 DO PAGAMENTO:

2.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

2.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

2.3 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas nesse regulamento.

2.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.5 Somente serão pagos os valores referentes aos bens efetivamente entregues à Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR.

3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

3.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica nº 07/2026

(página 35 de 39)

especificadas;

3.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

3.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no Aviso de Dispensa Eletrônica, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

3.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

3.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

3.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

3.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

3.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

3.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

3.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

3.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na contratação, ou para a qualificação na contratação direta;

3.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

3.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

3.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

3.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

3.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

3.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

3.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

3.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

3.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do



contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

3.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

3.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 195, 196, 197 e 199, todos do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

4.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor do lote/item objeto da contratação, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

4.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

4.4. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

4.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 10.086, de 2022. e na Lei nº 20.656, de 2021.

4.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na presente contratação, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

4.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 O contrato poderá ser extinto:

5.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

5.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

5.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

5.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.



ESTADO DO PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo n° 25.545.419-6 Dispensa Eletrônica n° 07/2026

(página 37 de 39)

5.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial.

6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

7 DO FORO: As questões decorrentes do fornecimento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos na Dispensa Eletrônica n.º 01/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da dispensa de licitação.

Local e data

Representante Legal



**ANEXO VI
DECLARAÇÃO LGPD**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e que possui as condições de habilitação previstas, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta dispensa de licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



ePROTOCOLO



Documento: **AvidodeDispensa.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Andre Luiz de Paula (XXX.995.969-XX)** em 28/04/2026 11:00 Local: JUCEPAR/CAD.

Inserido ao protocolo **25.545.419-6** por: **Andre Luiz de Paula** em: 28/04/2026 10:58.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: